

# DO OTIMISMO DA VONTADE ÀS POSSIBILIDADES EM CURSO

João Carlos Louçã\*



Fig. 1 Festa de verão em aldeia dos Pirenéus

---

\* Antropólogo, investigador no Instituto de História de Contemporânea, NOVA FCSH

Este texto resulta de uma comunicação na *Conferência Memória e Aceleração da História, Resistência e Movimentos Sociais*, em outubro de 2020, com organização de Paula Godinho, Rui Mateus Pereira, Maria Alice Samara, Ema Pires, Xurxo Ayán Vila e Pedro Martins a quem agradeço a persistência em tempos difíceis. É ainda devedor a Pilar Abio pela sua enorme habilidade em partilhar mundos e pela cumplicidade que tornou possível o trabalho de terreno de que aqui se fala. Esse trabalho, constituiu parte da dissertação final de doutoramento em antropologia, concluída em 2019, na FCSH NOVA.

Procurar interpretar o tempo que há de vir com as ferramentas da Antropologia, foi o objetivo de um trabalho nos Pirenéus de Aragão. Nele indaguei algumas das redes que produziam e trocavam bens e serviços, ocupavam espaços e territórios deixados livres pelo mercado, criavam novas localidades, afinal exemplos de alternativas possíveis ao capitalismo tardio em que vivemos. O ponto de partida foi a ideia de crise, sobretudo aquela que a partir de 2008, impôs a austeridade seletiva para grande parte do mundo. Nesse percurso, procurei argumentos para esconjurarmos o pessimismo das crises recorrentes e da crise que continua à espreita, intensificada pela degradação ambiental e climática, através dos exemplos de resistência da classe que vive do seu trabalho - a possibilidade estreita que nos afasta da barbárie. Sem grandes contemplações, o mundo que se fez global no nosso tempo de vida, não parece oferecer muitas alternativas à esperança de dias melhores. A política afunilou-se na gestão do possível, na melhor das hipóteses em alternância, não de modelos alternativos para a sociedade e os seus sentidos comuns, mas das equipas que gerem a escassez de recursos no paradoxo da maior montanha de riqueza acumulada que o planeta jamais viu. As ideologias, dadas como mortas e enterradas a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim e o consequente triunfo do capitalismo sobre os países de influência soviética, são terreno ainda fértil para encarar o futuro e encontrar os caminhos que podemos ainda percorrer.

Em 2020 o mundo entrou na pandemia do Covid-19 com estados de emergência e calamidade, o medo da infeção generalizada de um vírus que, num primeiro momento, se propagava de avião e logo depois na debilidade da vida dos mais pobres, de todas as pessoas mais frágeis e desprotegidas - as vidas adiadas à escala planetária. A crise pandémica que vivemos ainda e que transformou o mundo que conhecemos, tornou subitamente este meu terreno de investigação anterior em material antigo, desatualizado na sua referência às crises anteriores e que foram em grande medida tão diferentes.

Mas a questão essencial talvez permaneça válida: serão as respostas aos momentos de crise capazes de nos apontarem caminhos possíveis para contrariar a distopia do tempo presente? Será a capacidade criativa, a força material das ideias das classes populares, razões suficientes para encontrar alternativas globais para as crises sistémicas? Serão os exemplos que nascem fora das estruturas oficiais e das políticas de Estado, redes efetivas que fazem acontecer a economia em pequenas escalas permitindo a vida de milhares de pessoas e de muitas

comunidades, significantes para os tempos de dúvida e angústia? A resposta a estas questões é um exercício de vontade, como não podia deixar de ser, inspirado pelo otimismo lúcido de Gramsci a partir do cárcere onde escreveu e pensou o mundo.

Os exemplos são muitos e todos conhecemos alguns que confirmam que em períodos de aflição a solidariedade é uma arma fundamental para as políticas públicas e para a sobrevivência da própria ideia de sociedade. Redes informais que, localmente ou por setor de atividade, recolheram donativos em gêneros e em trabalho para acudir aos mais necessitados da pandemia. Vizinhos que distribuíram o seu número de telefone oferecendo-se para pequenos serviços domésticos ou tão só para fazer sentir a quem porventura estivesse sozinho que afinal há pessoas ao seu lado que se importam e que podem estar presentes. Cabazes de comida e medicamentos foram distribuídos gratuitamente, cantinas populares garantiram refeições diárias, cuidados prestados anonimamente e quase sempre sem participação de estruturas públicas oficiais. Profissionais de saúde que, através do seu enorme esforço, tornaram o serviço nacional a principal e mais eficaz estratégia de reação à pandemia e aos seus efeitos na saúde pública e na coesão social, foram saudados às varandas por multidões confinadas que lhes reconheceram a importância vital para o momento que vivemos. Nessas saudações sentidas, ficou enterrada, pelo menos momentaneamente, a ideia de que a saúde é um setor de negócio, como os outros, neste capitalismo de versão neoliberal onde tudo se vende e tudo se pode comprar. Os fundamentos da crise anterior, em que os serviços públicos foram depauperados e emagrecidos e a vida em sociedade expurgada de um conjunto de princípios que consideravam a universalidade do direito à saúde, à habitação digna, à educação e ao acesso à cultura, retrocederam perante a única resposta possível à crise pandémica: políticas públicas garantidas por serviços em que o Estado assume a centralidade dos processos. Nesta pandemia o mercado não garante nem os procedimentos nem a capacidade para gerir a crise, não é sequer uma componente importante da resposta necessária. As regiões do mundo sem serviço nacional de saúde, ou onde ele é demasiado débil, são onde o vírus e suas consequências foram, estão a ser, mais severas.

A pausa na privatização daquilo que deveria ser comum, pode ser apenas uma pausa. O que a crise pandémica demonstrou à exaustão foi que a única possibilidade de garantir o acesso a cuidados de saúde, a controlar a epidemia e os seus efeitos, a minorar e contrariar o *tsumani*

social que ela provoca, a organizar a vacinação de forma a que os critérios sanitários sejam os prioritários, são serviços públicos eficazes e o Estado que os garante. Mesmo num quadro de emergência social em que a imaginação e a iniciativa social de proximidade foram componentes fundamentais das respostas à crise, foram os Estados e as agências públicas internacionais que responderam, bem ou mal, à situação. O mercado, com a sua mão invisível, desinteressou-se, e só voltou a palpitar despidoradamente com a comercialização de testes e vacinas. E mesmo essas, em enorme medida, foram o resultado do investimento público em investigação e desenvolvimento científico, dependentes para a sua distribuição da capacidade e esforços do setor público.

Se a crise do coronavírus significa uma pausa na senda de privatização dos bens comuns e dos serviços públicos, ela é também a oportunidade para sacudir o torpor das derrotas da esquerda e procurar entre a experiência social destes tempos a força que indica que o modelo neoliberal não é inevitável. A história da humanidade não será nunca um caminho estreito e alheio ao que nos ensinam as crises atuais e todas as que estão por vir.

### **Guerreiros e perdedores**

Em *Sorry We missed you*, de 2019, o realizador britânico Ken Loach, começa o filme com uma entrevista de trabalho onde o protagonista principal faz desfilar as suas competências múltiplas em todos os trabalhos por onde já passou. Ser chefe de si mesmo é o que o responsável pela empresa de distribuição de mercadorias quer ouvir e que o protagonista assegura ser o objetivo para a sua vida laboral. Nesta retórica repleta de otimismo patronal está a afirmação do fim do proletariado como marca do século XXI, das próprias classes como conceitos ultrapassados e o conseqüente enterro da luta entre elas. No discurso que o protagonista responsável da empresa lhe faz, para fechar o acordo entre os dois homens, está espelhada a ideologia de sucesso aplicada ao trabalho a quem são retirados todos os direitos:

Tu não és contratado, sobes a bordo. Tu não trabalhas para nós, trabalhas connosco. Não diriges [carros] para nós, prestas serviços. Não temos contratos de emprego, não há metas a cumprir. Não há salário, há honorários. Não há relógio de ponto, ficas à disposição.

Tu és senhor do teu destino que é o que separa os guerreiros dos perdedores. *Em Sorry We missed you, 2019.*

A carrinha que este passa a conduzir é paga por si em prestações. Cada dia que não consegue trabalhar é ele que tem de encontrar substituto ou pagar a multa correspondente, quando lhe roubam a mercadoria e destroem o aparelho de controlo digital é ele que tem de pagar o prejuízo. O sonho inicial do protagonista/empreendedor transforma-se em pesadelo para si e para a sua família, perante o peso das dívidas que se acumulam, apesar das longas jornadas de trabalho, da garrafa de plástico dentro da carrinha, para urinar sem perda de tempo, no tempo sempre a correr para as entregas intermináveis. Senhor do seu destino, não pode transportar a filha na carrinha que ele próprio está a pagar, quando mais de dois minutos parado a máquina de controlo emite avisos que se podem transformar em advertências do patrão que não quer ser chamado patrão.

No século XXI parte significativa da força de trabalho é forçada a esquemas semelhantes em inúmeros setores, nomeadamente aqueles que crescem nos mercados dos serviços de consumo, a “uberização” da economia como também lhe podemos chamar. “De promessa de felicidade a palavra progresso passou a ser o nome de uma ameaça”, dizia Zygmund Bauman (2016) no mesmo momento que lembrava que a ideia de final eminente é recorrente e que o Apocalipse foi anunciado sucessivamente sem, obviamente, se ter concretizado.

Em 2013, no Japão, uma plataforma digital fornecia monges para cerimónias fúnebres a baixo custo. A multinacional Amazon tem hoje uma parceria com esta plataforma e cobra 30% aos monges que garantem o serviço. Os mesmos 30% que a generalidade das empresas de distribuição de refeições cobra em Portugal pelos seus serviços de entrega.

Convivemos em simultâneo com o deslumbramento tecnológico e a regressão visível no regresso do trabalho à jorna, no biscate digital, na precariedade como sistema de regulação que caracteriza a nossa época histórica. Vulneráveis à exploração, como o protagonista do filme de Ken Loach, a incerteza e a exposição ao imprevisível abarcam a totalidade da existência, a exceção laboral dos contratos em regime precário, transforma-se em regra e é fundamento da acumulação capitalista, simultaneamente instrumento de regulação e controlo social (Lorey, 2016).

A pandemia atual foi, está a ser, um bom negócio para estas modalidades de relações laborais desprotegidas e camufladas na ideia do trabalho por conta própria, autónomo ou independente. Por bons motivos, o confinamento recomendado implementou muitos destes serviços de entrega ao domicílio, aumentou imenso a sua procura, criou novos mercados e impôs necessidades. Hoje as pessoas que cruzam a cidade, em motorizadas ou bicicletas, com malas térmicas às costas, são uma componente habitual da paisagem, a todas as horas, para todos os destinos e para grande parte das coisas que se compram e podem ser entregues.

Os vínculos destes trabalhadores são sempre semelhantes aos do protagonista do filme de Ken Loach: registados nas finanças como empresários em nome individual. “Senhores do seu destino” que trabalham 12 horas por dia para ganhar salários que raras vezes superam o salário mínimo nacional, isentos de regalias, de proteção social no desemprego ou na doença, de todos os direitos que a classe trabalhadora do mundo ocidental conquistou nos dois últimos séculos. A proletarianização do século XXI transferiu grande parte da produção industrial para as regiões do Sul, também para a China e sudoeste asiático, ao mesmo tempo que suja os colarinhos brancos de quem trabalha em serviços. O fim dos vínculos de trabalhador-empregador transforma a força de trabalho em massa indiferenciada sem força reivindicativa, sem presença nas estatísticas oficiais, sem garantias ou direitos, disponível e descartável a qualquer momento.

Com considerável cinismo, os responsáveis por estas empresas argumentam que quem para eles trabalha não são já “trabalhadores”, nem sequer “colaboradores”, são “utilizadores da plataforma”. Na modernidade das relações laborais sem quaisquer direitos, trabalhadores e trabalhadoras perdem até a dignidade da designação daquilo que fazem como trabalho. O palavreado empresarial garante-lhes que são equiparados a clientes pelos seus patrões que reduzem a sua função à gestão de uma aplicação móvel e à acumulação de lucros pelo esforço alheio<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Noutra investigação sobre o trabalho em *call centers*, notei igualmente que os responsáveis patronais tinham tendência a desaparecer não só através das empresas de recursos humanos mas, em certas situações, pelo incentivo da utilização dos subsídios de desemprego para criar estruturas que garantissem a continuidade do trabalho sem qualquer relação trabalhador-empregador (Louçã, 2014).

### A exceção que é possibilidade

Nessa investigação onde percorri as montanhas dos Pirenéus, encontrei Javier<sup>2</sup> que era cozinheiro de profissão, contratado pelo governo de Aragão para garantir a cantina de uma escola de segundo ciclo. Caso raro no contexto de privatização destes serviços que ocorreu nas últimas décadas e onde as empresas de *catering* agora imperam, não só a operar nas escolas públicas, mas também nas prisões e em todos os serviços do Estado que têm de garantir comida. Cúmplice da direção da escola que resiste à facilidade de transferir para a mão invisível do mercado a responsabilidade de fornecer as refeições às crianças, o cozinheiro de que aqui vos falo, tem formação superior em dietética, prática e formação em resolução de conflitos e integra um grupo de palhaços amadores que percorre feiras e os festivais daquelas montanhas. Com 44 anos em 2017, o contrato que tinha no momento em que o conheci, era o primeiro com alguma estabilidade, com um horário estabelecido e jornada completa. Tem como tarefa alimentar 180 crianças, o corpo docente e os funcionários durante o horário escolar, pelo que procura ementas equilibradas para as várias dietas e hábitos alimentares. À sua volta uma pequena rede de produtores agrícolas pôde desenvolver-se, garantido que estava o escoamento diário de produtos obtidos através de práticas de agricultura ecológica. Nesta história e suas ramificações estive perante o exercício de mercados locais, da ancestral prática do comércio direto entre produtores e consumidores, da relação de dependência estreita entre uns e outros, sem necessidade de intermediações ou das grandes empresas de distribuição. Estes agricultores, por sua vez, cultivavam em terreno cedido gratuitamente por quem tinha terra a mais para as suas necessidades e que preferiu vê-la produtiva por mãos alheias do que ao abandono.

Javier está consciente de que vive numa exceção onde a sua prática de cozinheiro da escola, com direitos laborais garantidos por um contrato sem termo de funcionário público, representa tudo aquilo que falta à grande maioria dos seus colegas de profissão. A possibilidade de criar ementas a partir dos produtos locais, conhecendo produtores e as suas técnicas de cultivo, é o seu contributo para a sustentabilidade ambiental que se traduz na qualidade das refeições que fornece.

---

<sup>2</sup> Os nomes das pessoas utilizados neste texto são fictícios como combinado previamente com elas. Da mesma maneira não refiro os nomes das localidades em causa, ambas nos Pirenéus do Alto Aragão.

Somos de las pocas aldeas galas que quedan a nivel estatal. (...) Tanto económicamente, como saludablemente, como con sentido común. Lo mismo que ha pasado en comedores escolares ha pasado en centros hospitalarios, en cárceles, en residencias, la inmensa mayoría son empresas privadas. Productos lo más baratos posible, sacados de no se sabe de dónde, de muy lejos porque es muy barato, esclavizando la gente, de Andalucía, de Marruecos, de Paraguay, de China. Yo tengo una muy buena amiga, una de estas personas que conoces cuanto te metes en estos proyectos, que está en Cataluña y dice que los cocineros tenemos un grande poder de transformación. Las cocinas tanto de colegios como de otros sitios. Si tenemos la suerte como la que tengo yo y la que tiene ella de poder elegir donde compramos y a quien compramos. *Javier, entrevista em setembro 2016.*

Com 55 anos e uma doença crónica, Nacho é personagem incontornável naquela zona dos Pirenéus do Alto Aragón. Pratica agricultura ecológica da qual obtém prémios para os melhores tomates em cada ano. Ironicamente, o prémio atribuído são adubos químicos que não utiliza e que deixa para os organizadores da competição. Etnógrafo por circunstância, conhece aquelas montanhas desde os seus dezoito anos, quando ali procurou refúgio para fugir ao serviço militar e à vida na cidade onde nasceu e cresceu. Desde então percorreu aldeias abandonadas nas décadas anteriores, nelas viveu com as poucas pessoas que ainda ali permaneciam, refugiadas como ele à procura de uma vida próxima da natureza e sem as limitações da cidade. Desse tempo onde percorreu as aldeias e colecionou as memórias do seu abandono, guarda a impressão mais forte dos relatos sobre velhos obrigados a partir contra sua vontade, atados às mulas. Alguns morriam pelo caminho, outros de tristeza na cidade onde se sentiam encurralados. Nas suas palavras,

El mayor tabú de los pueblos deshabitados son todos los abuelos que se han muerto en la huida de los pueblos. En la marcha de los pueblos. ¡Una barbaridad! Muchos se murieran en el mismo camino. ¡Se murieran los abuelos! La gente te lo cuenta si tienen muchas confianzas. Los hijos sacaron a rastras a los abuelos, algunos los ataron a la caballería, literalmente atados... muchos abuelos no querían irse de las casas y obligados por los hijos. Es como el mayor tabú que hay cuando me contaban cosas. Muchos ni me han contado, luego he descubierto de cosas que me han contado.



Los que no se morían en el camino, la mayoría se iban a Barcelona y se morían. De pena, de no poder salir ni a la calle. De darles todo miedo. De no tener ni los conejos para entretenerse ni las gallinas. *Nacho, entrevista em abril 2018.*

Dessas memórias escreveu um livro e realizou dois documentários ficcionados em que recriou a época e as vidas daqueles que partiram, as suas técnicas de trabalho agrícola e de construção, o guarda-roupa que utilizou a partir de tudo o que foi deixado para trás, os dialetos perdidos de que conseguiu resgatar pedaços. Fundou o festival de cinema etnográfico *Espiello* (“espelho” em aragonês), onde há quinze anos realizadores de todo o mundo vêm apresentar os seus trabalhos.

Nacho é o proprietário que cede o terreno aos três jovens originários de Saragoça que cultivam para fornecer a cantina da escola e que também vendem diretamente no mercado local. A relação que estabeleceram é de cumplicidade e de partilha dos recursos, de apoio mútuo e troca de conhecimentos e experiências. A rede de agricultores a que todos pertencem, pratica a troca de sementes entre si para contornarem o monopólio da Monsanto/Bayer e prosseguirem os métodos de seleção agrícola dos tempos imemoriais prévios a estes monopólios. Nos seus ombros, a enorme responsabilidade da biodiversidade da região na resistência ao agronegócio e na capacidade de encontrar métodos para a atividade agrícola que garantam a preservação do meio e a capacidade das futuras gerações poderem cultivar os seus alimentos.

O resultado desta história é uma escola alimentada essencialmente com produtos locais, produzidos com responsabilidade e cuidado, relações laborais estáveis e uma comunidade capaz de se concentrar no essencial onde a educação também se faz através das práticas de produção e consumo e onde os laços comunitários não são conceitos abstratos mas práticas do quotidiano.

### **Semear o futuro**

Há cerca de 40 anos era um grupo de jovens urbanos, essencialmente de Madrid. Conheceram-se na faculdade em plena época da transição da ditadura para o regime que lhe sucedeu. A desilusão com esses tempos fê-los procurar uma forma de vida longe da cidade e dos

seus ritmos. Afinal o autoritarismo sobreviveu a Franco, a democracia reciclava os dignatários anteriores e os seus métodos, a intervenção política a partir das organizações da esquerda libertária onde participavam não os conseguiu convencer de que aqueles eram tempos necessários para a mudança. Preferiram não esperar. Nos Pirenéus encontraram o espaço para refazer as suas vidas nas regras que entendiam, para construir um futuro onde a igualdade e a justiça não estivessem ensombradas pelos compromissos que maioritariamente a esquerda aceitou. Numa aldeia abandonada, resultado das políticas de florestação intensiva das décadas anteriores, encontraram o local onde ensaiaram essa vida comunitária que procuravam.



Fig. 2 Interior da Escola



Fig. 3 Sala de aula

O tempo que passou transformou-os e também ao projeto de vida em comum que partilharam. Agora a aldeia onde vivem faz parte de uma associação de aldeias reocupadas, com protocolos temporários que celebram com o Governo da Comunidade Autónoma para cedência dos terrenos, com a gestão de tempos de trabalho comunitário, regras para a produção de alimentos, com trocas diretas dos produtos agrícolas que produzem. Tiveram filhos e netos que já ali nasceram, procuraram todos os consensos, difíceis por vezes, para a gestão do espaço e dos recursos, reconstruíram as casas e os caminhos, asseguraram a construção e manutenção da rede de água límpida que a montanha lhes proporciona. Mas o seu maior orgulho é a escola onde garantem o ensino dos primeiros anos para as crianças da aldeia e das aldeias vizinhas. Nos relatos que pude recolher, os olhos ganhavam brilho e a voz um tremor de excitação pelo enorme feito que aquela escola representa. Na história de desertificação da região, abrir uma escola foi o sinal mais forte de vitalidade do seu projeto e do futuro que quiseram construir, um sinal em contracorrente de uma escola que se inaugurava quando tantas fechavam definitivamente as suas portas. Depois de três anos como escola livre, o reconhecimento oficial do departamento de educação do

Governo garantiu a colocação de uma professora, também habitante da aldeia, mais tarde substituída por outro professor vindo de fora.

Do exterior parecem dois enormes contentores em chapa, sem qualquer beleza, colocados num cume da periferia da aldeia, com vista desafogada para o vale. Por dentro, o conforto da madeira que forra as superfícies, expostos os trabalhos das crianças que ali aprendem a brincar, a conhecer as primeiras letras e o mundo que as rodeia. Aquela escola não é só resultado de uma ocupação num tempo longo, ela acompanha as gerações que se sucedem no projeto inicial dos jovens que vieram de Madrid, transformando-se num símbolo de continuidade, ela é a prova da persistência e engenho daquela população *sui generis* que fez da montanha o seu lar e ali encontrou o espaço para a vida em comum que desejaram, próxima da natureza e no respeito pelos seus ciclos. A escola é a mais forte projeção de futuro que estes jovens, hoje sexagenários, ostentam. Ela é o sinal de sucesso da vida que aquelas pessoas empreenderam no início dos anos 1980, e que apesar de todas as dificuldades, permaneceram fiéis aos seus sonhos e princípios.

As crianças que ali tiveram as suas primeiras aulas do ensino oficial, entretanto cresceram e foram substituídas por outras nos bancos da escola. Algumas delas suas filhas. Os níveis seguintes de ensino já tiveram de ser na cidade mais próxima, a faculdade muitas vezes a centenas de quilómetros de distância. Mas voltam sempre no verão, nas férias, aos fins de semana para reencontrarem os seus familiares, os amigos de infância, a aldeia que os viu crescer e onde se sentem em casa. Nesses regressos, a Casa do Povo, espaço comunitário com a cozinha de todos, a sala para as assembleias onde decidem o que fazer e como fazer, onde discutem os assuntos comuns, enche-se de gente e de música, de jogos e namoros, de camas improvisadas e gente das outras aldeias próximas que afinal também ali pertencem, uma vez que a escola foi de todos.



Fig. 3 Entrada da Casa do Povo

Certamente que por aqui podemos imaginar futuros que em certa medida estão já presentes. Podemos encontrar argumentos para a esperança de que as crises cíclicas do capitalismo tardio, todas as catástrofes anunciadas, poderão ser contrariadas e encontrar resistências capazes de fazer inverter o sentido da roda.

Nesta última crise, a pandémica, todos nós conhecemos histórias daquilo que se passou à nossa volta e que permitiu para muitas pessoas a sobrevivência através dos laços que se puderam criar. Nos terrenos que percorri no trabalho de campo anterior, tive notícia de que muitas das pessoas e locais puderam converter-se em redes de apoio, sistemas que em poucos dias foram postos em prática para garantir necessidades básicas: comida diária, medicamentos ou só os pequenos gestos que garantem a solidariedade mais básica. Onde vivo também isso aconteceu, na rede de apoio mútuo de Almada, com sede em Cacilhas, no Barreiro, no Seixal ou Setúbal. Sem esperarem por apoios públicos, estas redes informais existiram através de pessoas que preferiram enfrentar os tempos de aflição através das práticas de solidariedade tornadas concretas e de encontrar formas para partilhar tempo e recursos com todas as outras em situação de fragilidade acrescida. Sem estas redes este tempo de Covid-19, com as suas consequências, já nos teria derrotado sem remédio e Thatcher teria tido razão quando afirmou que

a sociedade é coisa que não existe, só os indivíduos contam. Elas foram, são ainda as formas de resistência quotidiana que nos importa para olhar o futuro

Procurando resgatar os sentidos da História ao “presente calmo da pós modernidade” para que estes possam transmitir “ténues sinais do tempo, alteridade, mudança, utopia”, Frederic Jameson (2003:103) nota que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. Na nova língua do espaço urbano, código dominante de um novo momento da História onde o consumismo é sinónimo da existência, a extinção da presença humana no planeta será a forma de imaginar o capitalismo no seu triunfo final. Nada mais adequado para o momento que vivemos desta pandemia.

O futuro é um país estranho, lembra-nos Josep Fontana ao mesmo tempo que exorta, cientistas sociais e historiadores em particular, “para a tarefa de reinventar um novo futuro, que é ainda um país desconhecido” (Fontana, 2013:20). “Experiência” e “expectativa” são o par de conceitos que Paula Godinho, nos faz considerar a partir da relação entre o antigo e o futuro, a recordação e a esperança. Para a Antropologia que olha o futuro como uma hipótese de construção coletiva e não como um destino selado, ou para quem procura uma ideia do tempo histórico, teremos de “prestar atenção às rugas de um ancião ou às cicatrizes em que está presente um destino da vida passada” como nos lembra Reinhard Koselleck (*apud* Godinho, 2017:147). “Não se pára de idear, de pensar o futuro”, relembra-nos ainda Paula Godinho, “mesmo quando se alega que ele está suspenso” (*Ibidem* 2017:148). Confirmando o sentido destas palavras em Javier, o cozinheiro da escola pública, também em Nacho, o agricultor ecológico, filho de carpinteiro, que percorreu a montanha e a conhece como ninguém, revejo-as no entusiasmo com que me descreveram a importância vital da escola primária na aldeia reocupada. O futuro, por mais que nos digam e por mais que se apresente como uma condenação, terá sempre uma janela aberta para a imaginação coletiva e para o desejo de o tornar melhor. Nessa janela residem as possibilidades em curso, que são afinal inúmeras.

Enzo Traverso (2019), o historiador que remete para a atual melancolia da esquerda a responsabilidade de continuar a busca por um projeto revolucionário que retome o socialismo, mesmo nesta época tão contrária a revoluções, permite-nos pensar que aí residem as possibilidades de futuros alternativos à inevitabilidade da continuação

do capitalismo global, a energia criadora num processo de desocultação redentora.

Viveremos ainda outras crises, algumas que nos espreitam já. Teremos inúmeras batalhas para travar, sempre que a dignidade humana estiver a ser espezinhada. Mas já não estamos, na realidade nunca estivemos, desprovidos de hipóteses. Há caminhos que estão a ser percorridos e que se podem tornar correntes capazes de nos transportarem para campos onde o trabalho e a riqueza que este produz sejam comuns. Para um mundo onde o futuro possa ter simultaneamente o sabor do pão e o cheiro das rosas.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRIL, Carlos Baselga, 1999, *La Solana – Vida cotidiana en un valle altoaragonês*. Sobrarbe, Ed. Autor c/ Instituto de Estudios Altoaragoneses e Gobierno de Aragon.
- BAUMAN, Zigmunt & BORDONI, Carlo, 2016, *Estado de Crisis*, Barcelona, Paidós.
- CERDÀ, Paco, 2017, *Los últimos – Voces de la Laponia española*, Logroño, Pepitas de calabaza.
- FONTANA, Josep, 2013, *El futuro es un país extraño - una reflexión sobre la crisis social de comienzos del siglo XXI*, Barcelona, Passado y Presente.
- GODINHO, Paula, 2017, *O Futuro é para Sempre. Experiência, Expectativa e Práticas Possíveis*, Lisboa, Letra Livre.
- GRAMSCI, Antonio, 2017, *Escritos. Antologia*, Ed. César Rendueles, Madrid, Alianza Editorial.
- JAMESON, Frederic, 2003, “La Ciudad Futura”. *New Left Review* (ed. Espanhola) nº 21 Julho Agosto.
- MARX, Karl & Friedrich Engels, 2008, *Inventer l'inconnu. Textes et correspondance autour de la Commune*, Paris, La fabrique.
- LOREY, Isabell, 2016, *Estado de Inseguridad, Gobernar la precariedad*, Madrid, Traficantes de Sueños
- LOUÇÃ, João Carlos, 2014, *Call Centers, Trabalho, domesticação, resistências*, Porto, Deriva.
- LOWY, Michael, 200, *Morning Star*, University of Texas Press.
- POLANYI, Karl, 1983, *La Grand Transformation*, Paris, Gallimard.
- PUJADAS Muñoz, Juan J., 1995, “Identidad Cultural y Despoblación”, José Luís Acin & Vicente Pinilla Navarro (coord.), *Pueblos abandonados – un mundo perdido*, Zaragoza, Edicions de L'Astral, 215-226.



QUERO, Julio Gisbert, 2001, *Vivir sin Empleo – Trueque, bancos de tiempo, monedas sociales y otras alternativas*, Barcelona, Los libros del lince.

SAHLINS, Marshall, 2017, *Stone Age Economics*, New York, Routledge.

SEAGAL, Lynne, 2018, *Radical Happiness, moments of collective joy*. London, Verso

TRAVERSO, Enzo, 2019, *Melancolía de izquierda. Despues de las utopias*, Barcelona, Galaxia Gutemberg.